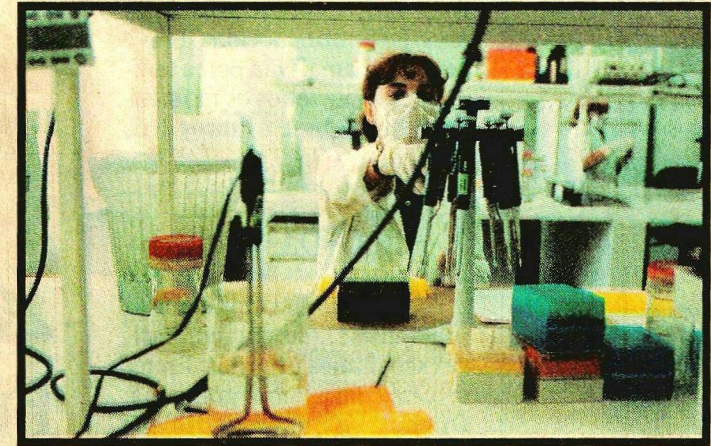


Um simples fio de cabelo pode ser a prova de um crime. Mas a polícia ainda está desaparelhada

Elementar, meu caro



Trabalho em laboratório fornece provas científicas à polícia

Luís Osvaldo Grossmann
Da equipe do **Correio**

Quando o promotor romano Quintiliano usou marcas de mãos sujas de sangue na cena de um crime para chegar ao assassino, lá pelos idos do ano 1000, talvez nem soubesse que deixava o primeiro registro histórico do trabalho de perícia criminal. Hoje a ciência fornece ferramentas que o promotor romano sequer poderia sonhar e fragmentos ínfimos deixados pelo criminoso podem ser a garantia de cadeia. Nos corredores do Instituto de Criminalística, na sede da Polícia Civil, no Parque da Cidade, peritos parecem orgulhosos de trabalhar ali.

São biólogos, físicos, farmacêuticos, engenheiros ou mesmo geólogos e contadores que apesar da formação acadêmica desistiram da vida de pesquisas para se dedicar ao combate ao crime. É deles a responsabilidade de fornecer provas científicas nas investigações criminais, com base nas evidências coletadas nas cenas de crimes, sejam casos de morte, acidentes de trânsito, roubos e furtos, avaliação de documentos, de registros contábeis, de jóias e de escrita, balística, meio ambiente, engenharia, imagem e som, sem con-

tar o trabalho dos laboratórios químico e de DNA.

Eles estão entre os primeiros a entrar em ação quando um crime é descoberto. Como um Sherlock Holmes que sacava uma lupa e engatinhava no chão em busca de pistas, as equipes das seções de perícias externas esquadriñham a cena, tomam notas, fazem desenhos, medem os centímetros que separam a mancha de sangue da lasca de madeira caída ao lado do muro. Tudo merece atenção. “Os detalhes são muito importantes. É normalmente com eles que a gente consegue avançar e deles extraímos informações valiosas. Não podemos desprezar nada”, ensina Clemer Faria, chefe da Seção de Crimes Contra a Pessoa, setor mais conhecido como Morte Violenta.

VESTÍGIOS

Essa atenção minuciosa aos detalhes se dá na caça aos vestígios, palavra que mais se ouve entre uma seção e outra do Instituto de Criminalística. Quanto mais vestígios são encontrados pelos peritos, mais completa é a análise dos fatos, o que é importante para quem sai com a missão de responder como um crime foi cometido e por quem. “Todo crime tem vestígios, a parte material que resta do ato. São

pequenas coisas que mostram como foi a ação exercida pelo criminoso e com as quais os peritos podem mostrar a dinâmica, mesmo que parcial, de como o crime aconteceu”, explica o delegado Luiz Julião Ribeiro, chefe da delegacia de Homicídios.

Apesar da competência técnica e dos equipamentos modernos, que resultaram no ano passado em 16.331 laudos expedidos pelo IC, o trabalho é desperdiçado. Afinal, no ano passado a polícia registrou em suas delegacias 131.516 ocorrências. Delas, apenas 14.429 viraram inquéritos, dos quais 9.414 foram concluídos e remetidos à Justiça. O que não é uma exclusividade da polícia do Distrito Federal, uma vez que em todo o país, calcula-se que menos de três em cada 100 crimes sejam desvendados.

São problemas estruturais da polícia brasileira. Enquanto o Laboratório de Pesquisas de DNA Forense tem ferramentas que não são encontradas em outros Estados, a polícia tem di-

ficuldades para conectar as amostras coletadas em casos de estupro, por exemplo, e ligá-las ao mesmo suspeito de crimes acontecidos em cidades diferentes do DF. Simplesmente não há um banco de dados eficiente e de fácil acesso aos investigadores, mas arquivos de papéis.

São também papéis que lotam uma sala do arquivo de impressões digitais do Instituto de Iden-

tificação. Ali, para que seja feita a comparação entre uma digital identificada na cena de um crime, é preciso que um papiloscopista procure manualmente entre milhares de formulários de

papel. Aparentemente envergonhada, a direção da Polícia Civil não permite o acesso à sala.

SOLUÇÃO CASEIRA

Há, porém, esforços para mudar esse quadro. A experiência de oito anos como agente de polícia e outros quatro como perito criminal mostraram ao hoje chefe da seção de crimes contra o patrimônio, Celso Cobo Arrais, as difi-

culdades, especialmente de troca de informações, entre os policiais.

Além do trabalho de perícia de campo, Celso desenvolve há três anos um projeto para interligar cada departamento da polícia e fornecer um banco de dados precioso para o trabalho de investigação. “Apenas fomos vendo o que estava faltando”, diz ele.

Para isso, Celso Cobo desenvolveu um sistema — uma espécie de superprograma de computador — no qual é possível checar desde as características de um suspeito até conferir instantaneamente suas digitais e ligá-lo a outros crimes, independentemente da área onde tenha sido cometido. O mesmo vale para outros tipos de evidências, como exames de DNA.

A Polícia Civil já tinha procurado sistemas como esse utilizados em outros países, mas o custo da instalação bateu na casa dos US\$ 800 mil, ou quase R\$ 1,5 milhão — um terço do dinheiro que a polícia tem para custeio em todo o ano 2000. O jeito foi apelar para a criatividade, qualidade da qual se orgulham os peritos do IC em todas as seções. No ano passado, o IC apresentou o projeto de Celso à Fundação de Apoio à Pesquisa, que liberou uma verba de R\$ 89 mil. Com esse dinheiro foi desenvolvido um programa piloto que

hoje funciona na sala da seção de Microvestígios, como também é chamada a área de crimes contra o patrimônio.

O sistema está pronto e alguns delegados tentam colocá-lo para funcionar na prática. Segundo Celso Arrais, entre 15 e 20 dias ele será instalado na Delegacia de Roubos e Furtos. “A grande vantagem será confrontar informações, mesmo de locais diferentes, com rapidez. Hoje, no caso das digitais, por exemplo, nós precisamos aguardar o trabalho de pesquisa do papiloscopista. Com o sistema, isso será na hora. Além disso, o banco de dados permite expansão, o que significa que podemos ter até o registro de todas as armas que são vendidas no Distrito Federal”, diz o chefe da DRE, delegado Pedro Cardoso.

Como as informações, que são protegidas por códigos, serão distribuídas pela internet, um policial com um *laptop* no carro também pode ter acesso ao sistema. Isso significa que o sistema pode integrar, também, a Polícia Militar, que poderia acessar os dados diretamente dos carros. Depende, agora, da Polícia Civil conseguir os R\$ 250 mil para interligar todas as 32 delegacias do Distrito Federal. Se tudo funcionar como esperam os policiais, o sistema pode ser expandido para todo o país.

“SE VOCÊ EXCLUI O IMPOSSÍVEL, O QUE SOBRA, POR MAIS IMPROVÁVEL, TEM QUE SER A VERDADE”

Sherlock Holmes